

# O pensamento econômico-social de Valentim Fernandes Bouças: organização político-empresarial, 1930-1940<sup>1</sup>

## The Socio-Economic Thought of Valentim Fernandes Bouças: Political-Business Organization, 1930-1940

Maurício Gonçalves Margalho<sup>2\*</sup>

Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense

[mauriciomargalho@yahoo.com.br](mailto:mauriciomargalho@yahoo.com.br)

**Resumo** O presente trabalho analisará a trajetória social do empresário Valentim Fernandes Bouças. A primeira parte do artigo apresenta a trajetória social de Bouças durante a Primeira República, para, depois, dar ênfase ao primeiro decênio do governo Vargas. Tal empresário foi vinculado a grupos econômicos estadunidenses, a exemplo da International Business Machines Corporation – of Delaware, Companhia Goodyear do Brasil, Cia Serviços Hollerith, Panair do Brasil e Adressograph-Multigraph do Brasil S/A. Além das atividades características de um agente econômico, representante do capital estrangeiro, Bouças participou ativamente das agências que formam o complexo superestrutural do Estado capitalista no Brasil. Tornou-se bastante influente e, durante o Governo Vargas, participou de importantes órgãos técnicos e consultivos como, por exemplo, a Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos de Estados e Municípios (CEFEM), o Conselho Técnico de Economia e Finanças (CTEF), o Conselho Federal do Comércio Exterior (CFCE) e a Comissão de Planejamento Econômico. Na sociedade civil, Valentim Bouças era vinculado à Associação Comercial do Rio de Janeiro – da qual foi vice-presidente em 1943 e 1944. Ele também era associado ao Instituto de Organização Racional do Trabalho, da qual também participavam os empresários Euvaldo Lodi, Roberto Simonsen e Horácio Lafer – p. ex. As evidências disponíveis sugerem não ser improvável que, devido a seu conhecimento em economia e também a seus contatos com empresas estadunidenses, Valentim Bouças acumulou um capital social e político que permitiu a apresentação dele como bastante credenciado em assuntos econômicos e financeiros. Pesou ainda o fato de ter acumulado, no campo das relações sociais, conhecimentos dos trâmites e circuitos financeiros internacionais, assegurando-lhe a confiança como interlocutor do governo junto a credores externos. Assim sendo, propomos avaliar as interconexões entre pensamento social, organização e ação política de classe na trajetória econômico-social do referido empresário em sua condição de intelectual orgânico e, portanto, representante de interesses de corporações estrangeiras.

**Palavras-chave:** Empresário, Pensamento Social, Estado e Ação Política -

JEL Codes H81; H00; N14

### Abstract

This paper will examine the political and business activities of the entrepreneur Valentim Fernandes Bouças. The first part of the article presents Bouças' path during the First Republic and the first decade of the Vargas government. This businessman was linked to American economic groups such as the International Business Machine Corporation, Goodyear Company, Cia Services Hollerith, Panair Brazil and Adressograph-Multigraph. In addition to the acting as a representative of foreign capital, Bouças helped to form the complex superstructure of the capitalist state in Brazil. He became quite influential and, during the Vargas government, participated in important technical and advisory bodies such as the Commission for Financial and Economic Studies of States and Municipalities (CEFEM), the Technical Board of Finance and Economics (CTEF) the Federal Foreign Trade Council (CFCE) and the Economic Planning Commission.

In civil society, Valentim Bouças was connected to the Commercial Association of Rio de Janeiro - of which he was Vice-President in 1943 and 1944. He was also associated with the Institute for Rational Labor Organization, along with entrepreneurs Euvaldo Lodi, Roberto Simonsen, and Horacio Lafer, among others. The available evidence suggests it not unlikely that, due to his knowledge of economics and his contacts with American companies, Valentim Bouças accumulated social and political capital that allowed him significant participation in economic and financial matters at the highest levels. Knowledge of international financial circuits and procedures made him an intermediary between the government and external creditors. We propose to evaluate the relationship between the social thought, political organization, and business associations of this entrepreneur who was both an intellectual and a representative of foreign corporations.

**Keywords:** Entrepreneur, Social Thought and Political Action State

JEL Codes H81; H00; N14

<sup>1</sup> Artigo recebido em 19/09/2017. Aprovado em 10/03/2018

<sup>2</sup> \*Professor de história da SEEDUC/RJ, lecionando para turmas do ensino básico.

## 1. Pensamento social e ação política

**E**m uma conjuntura complexa e turbulenta como a dos anos 1930, analisar a trajetória e o pensamento econômico-social de um empresário como Valentim Bouças é uma tarefa difícil. Isto acontece porque não basta efetuar uma análise dos discursos, na ilusão de que com essa metodologia descortinar-se-á o pensamento social pelo qual o intelectual orientava sua ação política. Antes de prosseguir na análise é relevante ressaltar a formação de Valentim Fernandes Bouças e sua trajetória profissional. Filho de Francisco Bouças, antigo funcionário da Companhia Docas de Santos, aos 13 anos Valentim Bouças<sup>3</sup> foi trabalhar como office-boy no Escritório Técnico da empresa no dia 1º de junho de 1905. Em 1906 ele recebeu autorização de Cândido Gaffree para se matricular na Academia de Comércio de Santos – onde se formou em contabilidade.

As evidências disponíveis nas fontes demonstram que o vínculo de Valentim Bouças com o capital estrangeiro, na qualidade de representante comercial, iniciou por volta de 1912 / 1913, quando ele se tornou vendedor da National Cash Register Company, trabalhando para essa empresa até 1915. No período de 1915 a 1916, passou a representar a Boston Belting Company. A International Business Machines Corporation – IBM – surgiu no Brasil em 1917, ainda funcionando com a razão social de Computing Tabulating Recording Company – CTR. Foi nesse ano que Bouças, então representante da CTR, firmou o primeiro contrato para a prestação de serviços na área de processamento de pagamentos e estatística comercial. O interesse do governo brasileiro por essa avançada tecnologia o levou a contratar os serviços da CTR para estudos demográficos.

<sup>3</sup> Nascido em Santos, São Paulo, em 1º de setembro de 1891. Faleceu no Rio de Janeiro, em 02 de dezembro de 1964.

Em 1920, chegaram ao Brasil as primeiras máquinas impressoras. A empresa estadunidense veio com a finalidade de processar o Censo Demográfico de 1920, então sob a incumbência do Ministério da Agricultura. Já sob a razão social de IBM, a antiga CTR, passou a prestar serviços de processamento de informações referentes ao pagamento de pessoal e outras despesas.

No entanto, foi somente em 1924, sob o governo do presidente Arthur Bernardes, que a IBM estabeleceu-se oficialmente no Brasil na condição de prestadora de serviços para o Governo Federal. Não satisfeito em limitar sua atuação empresarial ao setor privado, Bouças buscou um cliente com poder econômico e político bem maior: as instituições do Estado restrito<sup>4</sup>. Com essa finalidade, fundou em 1917 a Companhia Serviços Hollerith (CSH), objetivando prestação de serviços através do aluguel de equipamentos da IBM a agências governamentais. A CSH ingressou em um negócio bastante lucrativo, a locação de máquinas da IBM no Brasil. Em 1916, João Pandiá Calógeras, ministro da Fazenda, aprovou a introdução de novos métodos na coleta e apuração de dados voltados a Estatística Comercial. Em relatório da Cia Serviços Hollerith S/A, publicado no Diário Oficial de União de 06 de fevereiro de 1950, Valentim Bouças datou de 1917 o contato com o presidente da referida corporação estadunidense, Thomas J. Watson, em Nova Iorque, tendo em vista solicitar a representação comercial da empresa americana no Brasil. Valentim Bouças receberia, na qualidade de correspondente da IBM, 2% de comissão sobre os aluguéis dos equipamentos da empresa no Brasil. O primeiro contrato da prestação de serviços da CSH com o Tesouro Nacional foi registrado em 1923.

<sup>4</sup> Também denominado de Sociedade Política ou Estado-governo. Dela fazem parte as agências oficiais do Estado, divididas em Executivo, Legislativo e Judiciário. Os órgãos técnicos e consultivos, vinculados a essas agências governamentais, também fazem parte da sociedade política.

O prestígio acumulado pelo empresário o levou a tornar-se um valioso colaborador do governo Vargas em questões econômicas e financeiras nos anos 1930. Ao se aproximar do governo federal, Valentim Bouças ocupou posição estratégica nas principais agências do Estado capitalista em gestação. Comissão de Estudos Econômicos e Financeiros de Estados e Municípios, Conselho Técnico de Economia e Finanças e Conselho Federal do Comércio Exterior – por exemplo. Foi, ainda, assessor financeiro pessoal do presidente Getúlio Vargas.

Não obstante o pensamento econômico liberal tivesse oposto Bouças a medidas protecionistas do Estado-governo ao setor fabril nacional, criando uma situação de conflito com lideranças industriais, como Euvaldo Lodi e Vicente Galliez, nem por isso, o empresário santista deixou de assumir posição favorável às medidas interventoras tomadas pelo Estado capitalista, que emergiu, após 1930. Lodi e Galliez eram associados à Federação das Indústrias do Rio de Janeiro e se opuseram a Valentim Bouças, afirmando a necessidade de proteção também para o setor industrial (Leopoldi, 2000, 111-112).

Em 25 de janeiro de 1931, Valentim Bouças publicou no *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, um artigo em que defendia a intervenção da União nos estados e municípios brasileiros – com a finalidade de resolver os problemas das dívidas públicas externas (DPEX) da União, estados e municípios do Brasil. Assim como outras lideranças do empresariado, Valentim Bouças tornou-se colaborador do Governo Vargas para o qual exerceu função importante no sentido de organizar a política econômica e financeira do país. No campo das Relações Internacionais, o governo federal e sua equipe econômica traçaram um plano de ação que buscou obter apoio financeiro fora do país, sobretudo em Londres e Nova Iorque. Esse é o ponto da análise no qual se

faz necessário precisar que, na City de Londres, o mais significativo interlocutor financeiro era, obviamente, N. M. Rothschild & Sons.<sup>5</sup>

As evidências analisadas permitem concluir que devido a seu conhecimento em economia e, também, a seus contatos com empresas estadunidenses, a exemplo da IBM, Bouças acumulou um significativo capital político e social<sup>6</sup>, que permitiu apresentá-lo como bastante credenciado em assuntos financeiros. Pesou, ainda, o fato de ter acumulado, no campo das relações sociais, conhecimento dos trâmites e circuitos financeiros internacionais, assegurando-lhe confiança como interlocutor do governo junto aos credores externos.

Isto o habilitou como colaborador na política de reorganização econômico-financeira do Governo Vargas. O governo precisava renegociar com os banqueiros estrangeiros os contratos dos serviços das dívidas públicas externas da União, estados e municípios em empréstimos contraídos ainda durante a Primeira República. No ano de 1933, Valentim Fernandes Bouças, na qualidade de negociador do Governo Provisório junto aos banqueiros, participou de várias conferências so-

5 Segundo Steven C. Topik, o grupo Rothschild foi “o único agente financeiro do governo brasileiro por mais de quarenta anos.” Insatisfeito com a queda do Império, o referido grupo cortou “o crédito estrangeiro ao Tesouro Brasileiro”, fator que influenciou “outros investidores estrangeiros” a se afastarem do Brasil. Esse afastamento dos grupos financeiros influenciados pela casa Rothschild favoreceu a aproximação do governo da Primeira República do Brasil com os Estados Unidos (Topik, 2009, 119, 120, 287).

6 Nesse caso, tratava-se de um capital simbólico. Tal conceito, formulado pelo sociólogo Pierre Bourdieu, é de grande valia para analisarmos as relações sociais. Segundo Bourdieu, o acúmulo deste capital pressupõe sua objetivação “em instituições permanentes (...) em postos e instrumentos de mobilização e a sua reprodução contínua por mecanismos e estratégias” (Bourdieu, 2004, 194). No caso da trajetória social de Valentim Bouças, compreendemos capital político como uma forma simbólica de capital acumulado no campo das relações sociais por meio da construção de um prestígio com o qual ele contou na composição de alianças que foram essenciais para os interesses dos seus grupos econômicos. Isto posto, o foco analítico do capital simbólico enriquece o estudo do referido empresário em suas relações sociais e do prestígio que obteve. Segundo Bourdieu, “as lutas pelo reconhecimento são uma dimensão fundamental na vida social e de que nelas está em jogo a acumulação de uma forma particular de capital, a honra no sentido da reputação, de prestígio, havendo, portanto, uma lógica específica da acumulação do capital simbólico, como capital fundado no conhecimento e no reconhecimento. (...)” (Bourdieu, 2004a, 35-36).

bre os empréstimos adquiridos.

O empresário santista tinha ciência da relevância que tinham os contatos sociais na esfera política. Com efeito, ele defendia que “(...) os conhecimentos adquiridos (...) [deviam] servir (...) de capital para ser devidamente cuidado e aumentado” (Bouças, 1953, 59). Não limitando sua ação político-social às agências do Estado-governo, Valentim Bouças participou ativamente da sociedade civil<sup>7</sup>, o que permite conceituá-lo, portanto, como um intelectual orgânico<sup>8</sup>.

A análise dos estudos do pensamento econômico e financeiro expresso nos trabalhos formulados por Valentim Bouças não deixa dúvida das suas convicções favoráveis à intervenção do Governo Vargas e sua equipe econômica nas diretrizes econômico-financeiras do Brasil. Esse pensamento, que levou o empresário a tornar-se um colaborador do governo federal em assuntos econômicos, fez com que ele apoiasse o projeto Nacionalista Autoritário Varguista como forma de resolver os problemas econômicos e políticos sem ter que enfrentar os obstáculos causados pelo Congresso.

Em carta escrita de Nova Iorque em 08 de março de 1933 e remetida ao Chefe do Governo Provisório, Valentim Bouças mencionou que, assim como acontecia nos EUA, havia no Brasil a necessidade de conceder ao futuro presidente “um poder ditatorial (...) para que [fosse possível] resolver os problemas econômicos que vinham se agravando. (...)” Prosseguindo na correspondência, argumentou a Vargas que

7 O conceito se refere às associações de caráter privado, também denominadas aparelho(s) privado(s) de hegemonia. Como, por exemplo, sindicatos, federações, confederações, veículos de imprensa, clubes – etc. Para maiores detalhes, vide GRAMSCI, 2011, 254, 262, 282. Valentim Bouças foi vice-presidente da Associação Comercial do Rio de Janeiro, em 1943-1944.

8 Intelectual formado e preparado pelo aparelho privado de hegemonia de sua classe. Ele desempenha uma função estratégica na organização de sua fração de classe para a luta política, tendo como ponto de partida a sociedade civil como arena de consolidação de seus interesses em vias de transformarem-se em políticas de Estado na sociedade política. Vide GRAMSCI, 2011b, 23, 24, 25.

“perder a oportunidade de ditadura e da crise universal seria praticar um erro imperdoável” (CPDOC-FGV/RJ. Arquivo Getúlio Vargas. GV 33.03.08/01. X-62. 0310/2).

A evidência contida nesta correspondência não deixa dúvida do quanto o pensamento social de Valentim Fernandes Bouças estava vinculado ao projeto nacionalista Autoritário em gestação a partir de outubro de 1930 e que culminou, em 10 de novembro de 1937, com o golpe do Estado Novo. Além da participação nos pontos relativos à política interna do governo Vargas, o empresário também desempenhou função relevante na política exterior. Segundo John Wirth, Valentim Bouças – homem de negócios pró-Estados Unidos – foi um dos personagens-chave em quem o ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha<sup>9</sup>, buscou apoio para combater a penetração econômica e política da Alemanha Nazista no Brasil (Wirth, 1973, 74).

Analisando as marchas e contramarchas do liberalismo político no Brasil, Florestan Fernandes evidenciou que, por meio de seus intelectuais, as classes dominantes encarregaram-se de formular uma “reelaboração sociocultural” que adequasse a filosofia política liberal ao meio social brasileiro (Fernandes, 2006, 55). Nesse particular, o liberalismo político brasileiro influenciou os planos de reorganização do poder sem, conquanto, impor graves restrições aos antigos paradigmas autoritários e patrimonialistas. Nesse sentido, o apoio de Valentim Bouças, considerado liberal, ao Estado Autoritário e mesmo ao processo de intervenção estatal na economia, insere-se, dentro do modo particular, como as classes dominantes e seus porta-vozes viam-no – e veem – como instância de representação de seus interesses e validação de seus projetos.

9 Exercício na pasta das Relações Exteriores, 15/03/1938 a 23/08/1944.



Angela de Castro Gomes ressaltou “a ausência de uma tradição liberal doutrinária no Brasil.” Ainda assim, isso não significou que os princípios liberais foram ignorados pelas classes dominantes. Os atores políticos e econômicos adaptaram os fundamentos liberais, em nome da necessidade de criar condições favoráveis, ao aprofundamento da ordem capitalista no Brasil – o que demandava a ação do Estado (Castro Gomes, In: Silva & Szmrecsányi, 1993, 96).

O apoio do empresário Valentim Bouças à ditadura do Estado Novo (1937-1945) sugere, a princípio, uma contradição. No entanto, no Brasil, apesar do modelo jurídico-político do Estado republicano ter sido inspirado por princípios como o constitucionalismo, o federalismo, a cidadania, a democracia, o liberalismo e a divisão e independência dos três poderes, com raras exceções, não havia – e ainda hoje não há – muito interesse e tampouco compromisso, por parte das classes dominantes ditas liberais, com a plena implementação desses postulados (Ianni, 2004, 44). À luz de tais considerações, no Brasil, as imbricações do pensamento liberal com matrizes políticas autoritárias constituem muito mais a regra do que a exceção<sup>10</sup>. No Estado Novo, o empresariado comercial e industrial intensificou sua atuação nos órgãos governamentais, por meio da crescente participação de seus intelectuais orgânicos nos conselhos técnicos e consultivos.

O empresariado aderiu ao projeto nacionalista autoritário do Estado Novo, porque a ele interessava um Estado centralizador capaz de integrar o mercado interno e intervir na economia de modo a assegurar tanto o equilíbrio político,

<sup>10</sup> Essa atuação de pensadores liberais como colaboradores de Estados Autoritários não está presente somente na trajetória de Valentim Bouças. Roberto Campos, um dos grandes divulgadores do liberalismo no Brasil e defensor incansável do Estado mínimo, apoiou o golpe empresarial-militar de 1964 e colaborou ativamente com a ditadura militar no exercício de importantes cargos públicos. Já Milton Friedman, grande expoente do liberalismo na década de 1970, foi conselheiro do ditador Augusto Pinochet em assuntos econômicos e vários ex-alunos de Friedman ocuparam pastas ministeriais no governo Pinochet.

como a proteção à produção nacional (MENDONÇA, 1985, 20). As classes que, em nome do liberalismo, se opunham ao Estado autoritário, abriram mão de seu projeto em troca da estabilidade econômico-social oferecida por este último, desde 1937. Se, por um lado, perdia-se terreno no campo político, muito se ganharia no campo econômico e social (Vianna, 1978, 35). A ação controladora e repressiva, resultante da estrutura corporativa, asseguraria a paz social necessária ao equilíbrio político.

A ascensão de Bouças em agências estratégicas da sociedade política, como os órgãos técnicos e consultivos que eram arenas de debates e disputas de projetos, permite confirmar o quanto este empresário e o grupo econômico por ele representado encontraram espaço social nas agências governamentais como consultores e avaliadores dos projetos políticos formulados durante o governo Vargas. Esse é o ponto da análise que convém elucidar que os interesses econômicos de Valentim Bouças e, por conseguinte, do grupo econômico por ele representado, entraram em ‘rota de colisão’ com os interesses de empresários industriais nacionais que faziam restrições à entrada do capital estrangeiro no Brasil em setores em que o mesmo competisse com o nacional em condições mais vantajosas.

Em parecer apresentado ao Conselho Federal do Comércio Exterior<sup>11</sup> em 07 de outubro de 1935, Valentim Fernandes Bouças criticou o empresário industrial Euvaldo Lodi, também membro do referido conselho. A questão em debate era o protecionismo aduaneiro do governo às fábricas brasileiras. Para o primeiro, o protecionismo resultava em restrição ao intercâmbio comercial do Brasil com outros “grandes mercados consumidores de matérias-primas”, das

<sup>11</sup> Criado pelo Decreto nº 24.429, de 20 de junho de 1934. Sua criação se inseria no quadro das reformas político-administrativas centralizadoras e intervencionistas do Governo Vargas, no campo econômico e social.

quais o Brasil era produtor e fornecedor (Bouças, 1953, 104). Argumentando em favor do capital estrangeiro no Brasil, Bouças afirmou que:

As empresas estrangeiras, que para o Brasil trouxeram os seus capitais, não são sócias comanditárias, mas sócias solidárias da nossa economia. Seu êxito financeiro depende estreitamente do progresso material na nação, do seu reerguimento econômico, da sua sempre crescente prosperidade. (...) O dever das empresas estrangeiras que emprestam o concurso inestimável do seu capital ao trabalho nacional é o de participar da luta em que todos igualmente nos empenhamos hoje para a solução de nossos problemas econômicos, aliando-se à campanha coletiva para a nossa reabilitação financeira. (...) (Bouças, 1953, 134).

Empresário vinculado a grandes corporações do capital estadunidense, os interesses econômico-sociais representados por Valentim Bouças entravam em conflito com projetos de agentes econômicos e sociais que eram propoñentes de medidas restritivas ao capital estrangeiro no Brasil. Na condição de representante comercial no Brasil de grandes empresas como a IBM, o pensamento social de Valentim Bouças expressa a defesa de um centralismo Estatal que não tentasse obstar às inversões do capital estrangeiro na economia brasileira. A participação do referido empresário nas agências do Estado mostra a ação tendo em vista a organização da ação coletiva das frações do capital por ele representadas.

Em certos agentes, o pensamento econômico liberal é um aspecto interessante a se destacar. Os principais grupos técnicos da administração também estavam vinculados ao liberalismo. Críticos do protecionismo estatal para as fábricas, chamadas de indústrias artificiais, tal filosofia política acabou colocando-os em conflito com os empresários industriais defensores do protecionismo. De acordo com Geraldo Beau-

clair, o pensamento econômico liberal prevalecia entre os principais gestores fazendários. O caso tornado clássico na historiografia brasileira é o debate de Eugênio Gudin Filho<sup>12</sup> versus Roberto Simonsen sobre o planejamento econômico. Contudo, ainda segundo Beauclair, Valentim Bouças, técnico do Ministério da Fazenda, também estava vinculado ao liberalismo econômico e, no entanto, defendia o planejamento econômico (Beauclair, 1974, 15).

Convém ressaltar que, conforme destacou Eric Hobsbawm, democracia e liberalismo político “não são parceiros naturais do liberalismo econômico” (Hobsbawm, 1995, 429, 430). No período em foco, no presente artigo, o liberalismo econômico, presente no pensamento social de Bouças, influenciou a formulação de seus planos políticos e econômicos sem, contudo, impedi-lo de buscar o Estado como locus privilegiatum de seus interesses econômicos e, tampouco, de tornar-se intelectual e político a serviço do Estado Autoritário que emergiu em 1937.

Em artigo publicado no periódico O Ob-

<sup>12</sup> Formado em engenharia pelo curso da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, graduando-se no período de 1901 a 1905. Iniciou a carreira de engenheiro em 1906, quando a Light o contratou para trabalhar na construção de uma represa em Ribeirão das Lajes, com o propósito de fornecer energia elétrica ao Rio de Janeiro. Em 1907 foi contratado pela empresa Dodsworth & Cia para trabalhar nas obras de canalização do rio Carioca, realizadas durante a administração do prefeito Francisco Pereira Passos. Tornou-se sócio daquela empresa. Em 1910, mudou-se para o Ceará, onde coordenou a construção da represa de Aracape, encomendada à Dodsworth & Cia pelo governo do estado. Em 1913, uma vez concluída a obra da represa, Gudin “mudou-se para Pernambuco, cujo governo igualmente requisitara os serviços de sua firma. Organizou a instalação da rede de bondes elétricos em Recife e trabalhou na formação da Pernambuco Tramways and Power Co., empresa com participação de capitais ingleses que se tornaria concessionária dos serviços de bondes, força, luz, gás e telefone do estado. Dirigiu essa companhia até 1922, quando, implantadas as primeiras linhas de bondes na capital pernambucana, retornou ao Rio de Janeiro, onde assumiu a direção-geral da Great Western of Brazil Railway Co., cargo que ocuparia por quase 30 anos. Revelou-se, então, um defensor da eficiência do transporte ferroviário e da navegação de cabotagem no Brasil, por ser este um país de dimensões continentais.” A partir de 1930, fez parte de alguns dos relevantes órgãos técnicos e consultivos criados pelo governo federal. Como, por exemplo, a Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos dos Estados e Municípios, a Comissão Mista de Reforma Econômica e Financeira, o Conselho Técnico de Economia e Finanças e a Comissão de Planejamento Econômico. Foi ministro da Fazenda, exercício de 25/08/1954 a 13/04/1955. Para maiores detalhes, vide no DHBB o verbete biográfico de Eugênio Gudin Filho – escrito por Vilma Keller.





servador Econômico e Financeiro<sup>13</sup>, datado de maio de 1936, Bouças argumentou que os problemas do Brasil eram de ordem administrativa e não econômica. As soluções dos problemas dependiam de conseguir fazer o que, para ele, jamais havia sido feito, até então, na história econômica do Brasil: elaborar um plano de trabalho – planejamento – que permitisse aos administradores no governo coordenar, de modo adequado, as atividades agrícolas e fabris. Tratava-se, mais especificamente, de criar condições que favorecessem a elaboração e implementação de um plano de ação para o Estado. A organização econômica do Brasil não podia prescindir da intervenção estatal (Bouças, 1936, 10, 11, 12).

Em conferência pronunciada em julho de 1938, na Assembleia Geral do Conselho Nacional de Estatística, Bouças discorreu a respeito da função da estatística na organização dos planos econômicos. Com isso, seu pensamento expressava uma posição no debate do planejamento econômico e indagava por que o Brasil não teve um plano econômico até aquela data. Na perspectiva de Bouças, tal fato ocorrera no Brasil, porque o progresso industrial, a evolução da economia, a evolução da legislação proletária e o aperfeiçoamento dos métodos de trabalho

não foram paralelos ao avanço da nossa educação científica, não corresponderam ao lento caminhar de nossa cultura econômica – do que é prova o atraso, que até bem pouco tempo lamentávamos, de nossos métodos e serviços estatísticos – em cuja excelência repousam as bases de qualquer planificação econômica (Bouças, 1953, 246).

Na condição de diretor-presidente e maior acionista da Companhia Serviços Holle-

rith, prestadora de serviços contábeis e estatísticos para empresas e órgãos governamentais, o empresário santista tomou partido favorável aos defensores da planificação. Para ele, a ausência de elementos fundamentais na formulação e controle do cálculo – como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – obstava o surgimento de planos econômicos no Brasil.

Segundo Bouças, coube ao IBGE o mérito de “demonstrar a premência inadiável da elaboração de um plano econômico brasileiro.” Era preciso compreender que a formulação de planos econômicos somente tornar-se-ia factível a partir de estudos que permitissem a sistematização de mapeamento econômico que indicasse o melhor caminho para alcançar “a meta desejada.” Pare ele, contador por formação, os elementos estatísticos disponíveis permitiriam demarcar “a verdadeira conjuntura econômica do Brasil” (Bouças, 1953, 248 -249).

Muito embora o discurso da conferência pronunciada tratasse, inicialmente, da estatística como uma espécie de ferramenta para o planejamento sistemático e racional pelos técnicos das agências governamentais, fica clara a sua preocupação como intelectual orgânico comprometido em tratar da questão política que marcava a conjuntura do final dos anos 1930. Nesse caso, Valentim Fernandes Bouças agia, também, como um cientista político das frações do capital por ele representadas. As questões políticas propostas por esse empresário são bastante indicativas:

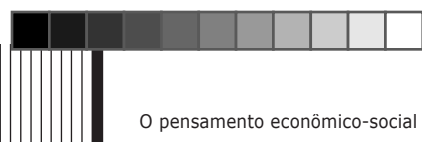
“Qual a orientação que devemos dar a um plano econômico nacional?”

“Qual o critério técnico que mais vantajosamente servirá aos interesses da comunidade brasileira?”

“Qual a política econômica que deve-

13 Segundo Maria Leticia Corrêa, Valentim Bouças era proprietário e diretor desse periódico. A referida revista foi editada no Rio de Janeiro a partir de 1936, e publicada regularmente até dezembro de 1962. Durante o Estado Novo, a revista recebeu apoio “do Departamento de Imprensa e Propaganda através de seu diretor, Lourival Fontes.” (Corrêa, 2011, 01).





mos abraçar para que nossa economia se assente sobre bases sólidas, que consultem simultaneamente às necessidades do meio e as condições da vida brasileira?” (Bouças, 1953, 249).

O empresário ressaltava que para tornar o planejamento exequível não bastava saber “qual a finalidade do plano”. Era essencial perguntar “para quem” a política seria traçada, qual setor econômico seria controlado e disciplinado e, por fim, quais seriam os técnicos. Em outros termos, “qual seria a orientação dos homens que vão influir na elaboração desse plano.” Sintetizando as questões sobre a formulação do planejamento e seus critérios políticos, Bouças afirmou que era preciso três indagações: 1) para quem, 2) por quem, e 3) com que finalidade seriam elaborados os planos econômicos no Brasil. Tais questões o levaram a abordar o pensamento social das tendências políticas dos distintos grupos sociais que poderiam tornar-se os elaboradores dos planos econômicos. Com isso, o empresário discorreu a respeito das três correntes políticas: a esquerda, a direita e o centro (Bouças, 1953, 249-250). Segundo Valentim Bouças,

a Esquerda não só deixa de reconhecer qualquer merecimento nos planos elaborados por invidualistas (sic), ou por estadistas filiados a uma facção política qualquer, como não admite a ideia de que um plano econômico possa sair do palácio de um rei ou imperador. A Direita não admite nenhum plano de ordem coletiva. O Centro considera que não há diferença fundamental entre os planos dos conquistadores ou dos ditadores, mesmo de um ditador ‘proletário’, e os planos concedidos pelos reacionários ‘capitalistas’, porque, a seu ver, ambos são arbitrários e desequilibrados, embora supostamente erigidos com a finalidade de garantir a felicidade do povo. Ambos estão interessados em cimentar a sua força ditatorial, em consolidar seu prestígio, embora ambos também estejam interessados em aumentar a prosperidade do seu povo (Bouças, 1953, 250).

O pensamento do empresário expressava seu entendimento que, devido à sua incapacidade de superarem as divergências, os grupos políticos, indicados acima, estavam impossibilitados de formular um planejamento econômico. Tal constatação justificava a escolha por um Estado Nacional Autoritário capaz de centralizar e organizar a economia. Com o intuito de confirmar sua tese de planejamento, Bouças indagava se os planos deviam ser formulados de forma autoritária ou democrática, ou seja, se a centralização do poder deveria ser coordenada por um estado ditatorial ou democrático.

A análise da correspondência entre Bouças e Vargas não deixa dúvidas quanto às convicções deles no Estado Autoritário como a única salvação para resolver os problemas de ordem econômica e social decorrentes da crise universal. Somente o Estado Nacional fortalecido seria capaz de reformular as diretrizes e as orientações concernentes às políticas sociais e econômicas do Brasil. O que dependeria da autonomia na escolha das equipes técnicas que formulariam os planos de governo.

Não obstante defendesse a participação de assessoria técnica de especialistas junto às agências da sociedade política, é possível perceber que o critério técnico não excluía as lutas características das disputas políticas. Bouças formulou críticas aos técnicos formados pelo pensamento social de esquerda, vinculados ao materialismo histórico, que defendiam que a democracia era uma farsa e que a economia capitalista levaria o Brasil à falência. Os grupos de direita liberal que não aceitariam um Estado forte como organizador de planos econômicos também eram criticados por Valentim Bouças (Bouças, 1953, 250-251).

Durante o Primeiro Governo Vargas, o empresário Valentim Fernandes Bouças foi re-







quisitado pelo governo federal para colaborar na formulação das diretrizes econômicas e financeiras pelas quais o governo orientaria as decisões políticas. O pensamento político do empresário mostrava que deveria haver muita cautela na seleção do pessoal do Estado, de modo a evitar que as contradições e divisões que ocorrem no bloco no poder viessem a se manifestar nas agências técnicas, onde os planos seriam formulados. Contudo, a análise cuidadosa dos relatórios e pareceres formulados pelo referido empresário mostra que ele mesmo não deixou de entrar em conflito com representantes de outros grupos empresariais.

Analisando a trajetória social de Valentim Bouças e seu pensamento, podemos afirmar que ele buscou formular uma articulação orgânica entre teoria e prática. Em outros termos, articular pensamento social e ação política de classe nas agências do Estado capitalista. É preciso ter claro que o Estado é uma relação social e que ele é formado por um complexo superestrutural<sup>14</sup>, onde as classes sociais e suas frações lutam pela hegemonia. É dentro desse Estado ampliado que as lideranças orgânicas da burguesia industrial buscaram consolidar sua prática política enquanto classe social interessada em exercer maior influência nos centros decisórios da sociedade política.

## 2. Valentim Bouças e os industriais

O interesse entre os grupos econômicos representados pelo empresário santista entrou em conflito com o de setores do empresariado industrial. É importante ressaltar a conjuntura transformadora que se abria a partir de 1930. Segundo Maria Antonieta Leopoldi, nessa década, os industriais acompanharam o surgimento da era keynesiana e, por conseguinte, “a transição do liberalismo econômico – na época chamado

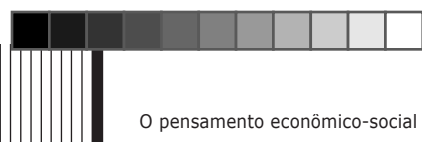
de livre-cambismo – para o protecionismo no comércio internacional.” Ao implementarem políticas protecionistas, os governos dos Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha reforçaram a necessidade dessa diretriz na conjuntura internacional (Leopoldi, 2000, 111).

Essa mudança afetou também o Brasil, resultando em conflito de interesses entre as classes representadas por Valentim Bouças e Euvaldo Lodi ainda em 1932. Bouças, então secretário da Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos dos Estados e Municípios<sup>15</sup>, na referida comissão, expôs um trabalho propondo “a extinção definitiva dos impostos alfandegários, a ser executada progressivamente ao longo de um período de cinco anos.” Houve reação imediata da parte dos industriais, liderados por Euvaldo Lodi e Vicente Galliez, membros da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, que criticaram Bouças, afirmando a necessidade de proteção também para o setor industrial (Leopoldi, 2000, 111-112).

Não obstante, o argumento usado por Valentim Bouças para criticar o protecionismo ao setor produtivo fabril se fundamentasse na divisão entre indústrias “artificiais” e indústrias “naturais”, estamos certos de que a oposição ao protecionismo industrial não pode ser explicada simplesmente como resultado desse pensamento. Uma análise mais profunda, todavia, mostra que é preciso ter em conta que ele era presidente e sócio proprietário da Companhia Serviços Hollerith, empresa que tinha com a IBM um contrato para fazer a locação no Brasil da tecnologia contábil e estatística dessa firma estadunidense, recebendo os lucrativos royalties pela prestação

<sup>14</sup> A interconexão e interação das instâncias privadas e públicas formam o que conceituamos complexo superestrutural.

<sup>15</sup> A Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos dos Estados e Municípios foi criada pelo Decreto nº 20.631, de 09 de novembro de 1931, ficando sob a direção do Ministério da Fazenda. A comissão tinha uma Secretaria Técnica encarregada de fazer uma auditoria nos serviços das dívidas públicas externas da União, estados e municípios do Brasil, atribuição que lhe foi dada pelo Decreto nº 22.089, de 16 de novembro de 1932. Essa comissão deu origem ao Conselho Técnico de Economia e Finanças.



desse serviço.

Outro ponto de desentendimento entre os interesses de frações do capital, representados pelo empresário Valentim Fernandes Bouças e os industriais brasileiros, relacionava-se ao drawback.<sup>16</sup> Em parecer apresentado ao Conselho Federal do Comércio Exterior, em agosto de 1935, Bouças discordou do anteprojeto de lei proposto por industriais representados por Euvaldo Lodi – que excluía “dos benefícios do drawback as matérias-primas fundamentais de qualquer indústria. (...)” (Bouças, 1953, 89). As objeções do empresário santista ao conteúdo do anteprojeto supracitado foram assim expressas no parecer apresentado ao CFCE:

No usufruto dos benefícios do drawback, portanto, devemos incluir as matérias-primas necessárias à produção das mercadorias das indústrias extrativas, manufatureiras e comerciais, reconhecidas em condições de competir, nos mercados externos, com as similares estrangeiras (Bouças, 1953, 92).

As motivações econômico-sociais, dessa objeção à perda dos direitos do drawback para matérias-primas, ficam claras, quando tomamos ciência de que ele estava vinculado à exploração das atividades extrativistas da borracha na Amazônia. Convém ressaltar que Bouças era vinculado à “subsidiária brasileira da Goodyear, que vendia pneus para o estrangeiro sem preços máximos.” Além do grupo Goodyear, Maria Verônica Secreto mencionou que, segundo depoimento de Bartolomeu Guimarães à Comissão de Inquérito da Campanha da Borracha, e publicado em 17 de agosto de 1946, Valentim Bouças era grande acionista do Banco de Crédito da Borracha, vice-presidente da Rádio Internacional do Brasil e vice-presidente da Goodyear (SECRETO, 2011, 104). Em palestra pronunciada

<sup>16</sup> “O drawback consiste na devolução dos impostos de importação aos industriais que produzem para exportação” (Leopoldi, 2000, 117 / nota 58).

em setembro de 1940, no Departamento de Educação dos Serviços Hollerith, Valentim Bouças mencionou que durante uma viagem aos Estados Unidos, procurou os

grandes fabricantes que empregam a borracha, [sugeriu que] enviassem ao Brasil técnicos para, conjuntamente, examinarmos a razão pela qual não estavam comprando maior quantidade de látex do Brasil. [Afirmou que teve], então, o prazer de verificar que os nossos amigos de Goodyear nos Estados Unidos, com a aprovação do Departamento de Agricultura de Washington, correspondendo a esta ideia, sem nenhum ônus para o Governo brasileiro, mandaram imediatamente vir do Oriente um de seus técnicos, e outro da Costa Rica. Encontramo-nos na Ilha de Trindade, e juntos viemos ao Pará, onde, sem demora, procuramos entrar em contato com a realidade (Bouças, 1953, 317).

Todos os fatores até aqui analisados mostram que o referido empresário possuía um capital social bastante significativo também nos EUA. Dispunha de conexões sociais com empresas fabris que usavam a borracha como matéria-prima ou bem intermediário e, ao que tudo indica, com pessoas bem relacionadas com o Departamento de Agricultura da capital estadunidense. O pensamento expresso nas fontes analisadas mostra que ele buscava ocupar postos estratégicos em agências do Estado, com a finalidade de defender seus interesses de classe. A partir dessa guerra de posição<sup>17</sup>, organizava e mobilizava a vontade coletiva das frações do capital por ele representadas.

Essa informação de ser Valentim Bouças grande acionista do Banco de Crédito da Borracha ressalta sua atuação, também, no setor financeiro vinculado à exploração da borracha no

<sup>17</sup> Esse conceito aplica-se à luta pela ocupação de postos estratégicos nas agências que formam o complexo superestrutural do Estado capitalista. Nesse caso, a disputa tem como finalidade o comando de aparelhos privados de hegemonia e instituições da sociedade política. Para maiores detalhes sobre o conceito guerra de posição, vide GRAMSCI, 2011, 261-262.





estado do Amazonas, sendo bastante esclarecedora. O pensamento desse empresário também o levou a abordar questões vinculadas ao problema do crédito do Brasil. Segundo Geraldo Beauclair, “a preocupação com o problema do crédito levou o Governo a [estudar melhor] o comportamento de tais entidades no Brasil.” Em ata de reunião do Conselho Técnico de Economia e Finanças, órgão vinculado ao Ministério da Fazenda, sessão realizada em 27 de outubro de 1939, Valentim Bouças chamou a atenção para o fato de que “tornava-se indispensável proceder a uma revisão das medidas que regulavam esta modalidade de inversão de capitais estrangeiros.” Beauclair ressalta, ainda, que o interesse do Governo na expansão do crédito vinha de encontro à necessidade de obter recursos para o financiamento do setor produtivo industrial (Beauclair, 1974, 53-54).

Embora houvesse o interesse na obtenção de recursos creditícios para atender às demandas das classes e frações industriais, evidentemente, outros setores empresariais como o extrativista da borracha, por exemplo, não deixaram de ser contemplados. Estando o empresário Valentim Bouças ligado também aos interesses de setores vinculados a essa atividade econômica, seu pensamento sintetiza a organização dos setores por ele representados nas agências do Estado capitalista brasileiro.

A ação política de classe, voltada para a manutenção ou para a transformação de estruturas, é inviável sem a prévia organização política. Esse tipo de organização tem como ponto de partida a sociedade civil, condição sem a qual a força política, organizada em vontade coletiva de classe, é incapaz de fazer-se ação de classe organizada, formulando e difundindo um modus operandi que atue sistemática e historicamente na classe, consubstanciando-se em consciência, organização, vontade, atitude e reprodução dos

valores da classe. As lideranças orgânicas a serviço da classe ou suas frações, desempenhando seu papel intelectual-pedagógico, detêm função estratégica nesse processo de organização da luta política.

Os aparelhos privados de hegemonia são locus organizativos dessas ações, ampliando-as e ramificando-as junto a diversas agências das sociedades civil e política. É por meio dos partidos políticos<sup>18</sup>, tomados aqui de acordo com a concepção gramsciana, que se organiza a engenharia social da hegemonia com o objetivo de construí-la por meio de uma guerra de posições junto ao Estado ampliado.<sup>19</sup> De acordo com essa abordagem teórica, o Estado é formado por um complexo composto tanto por aparelhos privados de hegemonia quanto por instituições governamentais, que compõem o Estado Restrito. É, neste terreno, que a luta política se materializa, tendo como objetivo a conquista de postos avançados na sociedade política. Um ponto interessante a ser observado é a estratégia da ação dos intelectuais orgânicos, partindo de suas associações privadas no âmbito da sociedade civil, para a sociedade política, na qual podem consolidar o conjunto de seus interesses de classe, valendo-se da chancela do Estado-governo.

A conjuntura aberta, a partir de outubro de 1930, consolidada com a formação do governo Constitucional Liberal de 1934 a 1937, criou condições para uma participação mais ativa de amplos setores burgueses no âmbito político legislativo. Nessa época, muitos industriais e

18 Segundo Antonio Gramsci, conceito de partido político vai além da perspectiva liberal que os compreende como organizações de grupos políticos que se organizam para disputar eleições aos cargos públicos no Legislativo e Executivo. Para o marxista sardo, partido é qualquer agência pela qual um determinado grupo social se organiza para lutar pela defesa de seus interesses. De acordo com esse eixo conceitual, sindicatos, jornais, associações e demais agências da sociedade civil são partidos políticos. Vide GRAMSCI, 2011, 87-88, 309-310, 343-344.  
19 Também chamado de Estado Integral. Por essa chave conceitual, o Estado ampliado é formado pelo conjunto de agências privadas e da sociedade política. Em nosso entender, trata-se de um complexo superestrutural formado por agências da sociedade civil e política.

outros representantes da burguesia comercial e financeira foram eleitos deputados classistas, assumindo, no espaço da sociedade política, a função de legislar. Industriais como, por exemplo, Euvaldo Lodi, Henrique Laje, Horácio Lafer e Roberto Simonsen, foram Constituintes em 1934 e exerceram legislatura como deputados no biênio de 1935-1937. Temos conhecimento de que, talvez com exceção de Laje, os demais participaram ativamente das associações classe<sup>20</sup>, o que indica sua significativa ação política junto à sociedade civil.

Levando-se em conta essa estratégia de atuação político-empresarial, tendo como ponto de partida a sociedade civil como espaço de organização da vontade coletiva de classe em luta política, fica claro o papel central que o intelectual orgânico exerce nesse processo. Para sermos mais específicos, as lideranças orgânicas dos industriais foram representantes e organizadores de uma disputa hegemônica com outras frações da classe burguesa pelo Estado restrito capitalista. Ao analisar o Estado, como espaço onde se processa o embate de classes pela hegemonia, é essencial a oposição a velhos moldes teóricos, que apresentam o Estado como instância viva e acima dos interesses de classe. Propõe-se romper com análises que o interpretam como um Estado-coisa<sup>21</sup>, formado por um bloco isento de fissuras tal como apresenta-se no marxismo estruturalista, ou como Estado-sujeito, entidade extra-humana dotada de vontade própria e que paira acima dos indivíduos tal qual supõem os teóricos liberais.

Qualquer estudo de história econômica que pretenda contribuir ao referido campo cien-

<sup>20</sup> Euvaldo Lodi participava ativamente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), da Federação Industrial do Rio de Janeiro (FIRJ) e do Centro Industrial do Rio de Janeiro. Foi presidente da CNI e da FIRJ. Roberto Simonsen e Horácio Lafer atuavam no Centro das Indústrias do Estado de São Paulo.

<sup>21</sup> Para entender melhor a crítica da interpretação do Estado-coisa e/ou Estado-sujeito, ler a obra de Nicos Poulantzas arrolada na bibliografia.

tífico não pode prescindir de considerar a relação entre economia e política. Em outros termos, entre infraestrutura e superestrutura. Ao formular o conceito de bloco histórico<sup>22</sup>, Gramsci abriu caminho para pensar a unidade entre o econômico e o político expresso em ambas as instâncias cunhadas por Marx. Uma análise sobre as mudanças nas estruturas econômicas não pode desconsiderar a forma pela qual o político atua sobre a infraestrutura, ou seja, a política sobre a economia.

O conceito de bloco histórico, unidade entre estrutura econômica e superestrutura, contribui sensivelmente para pensar a relação entre ambas, levando em conta suas respectivas especificidades e a diversidade dos interesses em luta – econômicos, políticos, culturais. Gramsci aprofundou a análise materialista nos estudos de política, ampliando as ferramentas teóricas para pensar a luta pela hegemonia. A partir desta chave analítica, o econômico e o político mostram-se como historicamente inseparáveis. A luta por interesses empresariais perpassa, inevitavelmente, as arenas políticas.

O intelectual orgânico desempenha uma função estratégica na organização de sua fração de classe para a luta política, tendo em vista a sociedade civil como arena de consolidação de seus interesses em vias de transformarem-se em políticas de Estado. Com esta finalidade, as lideranças orgânicas investem em atividades culturais no Estado Ampliado, divulgando ideias e dando-lhes forma de consciência, organização, vontade e atitude de classe. No complexo formado por sociedade civil e sociedade política, a cultura tem um papel importante. Uma vez devidamente organizada, ela viabiliza a construção

<sup>22</sup> Unidade entre base e superestrutura em um conjunto complexo, contraditório e conflitante. Essa chave conceitual permite acabar com a leitura dualista base/superestrutura, como sendo compartimentos estanques em que o econômico – base material – determinaria as relações históricas. O conceito de bloco histórico permite analisar as relações econômicas, políticas e culturais de forma integrada, rompendo com o determinismo econômico (Gramsci, 1991, 52-53).



de um projeto<sup>23</sup> de classe capaz de moldar as consciências e disciplinar as vontades.

Por intermédio da sociedade civil, as lideranças orgânicas da burguesia exercem função diretiva e organizativa (educativa) inerente à função de intelectual orgânico. Segundo Gramsci, “o empresário representa uma elaboração social superior, já caracterizada por uma certa capacidade dirigente e técnica (isto é, intelectual)”, devendo possuir uma capacidade técnica que não se restrinja à atividade econômica de seu interesse – o que significa ampliar sua atuação para além do campo meramente econômico (Gramsci, 2011, 15). Em outros termos, não se limitando ao nível da infraestrutura, mas estendendo seu raio de ação ao nível superestrutural. Cabe ao intelectual orgânico burguês a tarefa de organizar as relações sociais exteriores ao espaço da empresa.

Resulta disso que o exercício das atividades empresariais e, por conseguinte, seus interesses econômicos, ligam-se àquilo que chamamos prática político-empresarial. Esta ação social de classe somente pode ser entendida em sua conexão com o conceito de bloco histórico, relação dialética entre economia e política. Ao analisar as frações de classe burguesas, representadas por Valentim Fernandes Bouças, é preciso levar em conta tanto sua relação com o capital estadunidense quanto a sua relação com as agências que formavam o Estado restrito Autoritário, que emergiu na conjuntura aberta a partir de 1930.

### 3. O pensamento político-financeiro

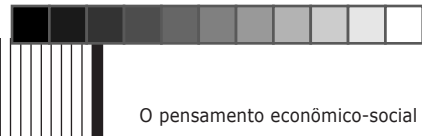
No campo da política financeira o pensamento de Bouças também serviu como orienta-

ção a algumas diretrizes políticas que foram adotadas pelo Governo Vargas. Devido à depressão econômica do entreguerras, o governo federal e os estados e municípios passaram a ter crescentes dificuldades para cumprir os contratos de pagamento dos seus respectivos serviços das dívidas públicas externas. Em relatório apresentado à Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos dos Estados e Municípios, em 06 de novembro de 1932, o empresário santista afirmou que a maioria dos estados era imprudente no registro das remessas de capital feitas aos credores. Em decorrência disso, faltavam informações precisas que permitissem calcular quanto o erário público despendeu no resgate dos serviços dos empréstimos com credores estrangeiros (Bouças, 1953, 33).

Analisar o pensamento de Valentim Fernandes Bouças na esfera da política financeira é essencial para a compreensão da política externa do Governo Vargas no sentido de renegociar com setores do capital estrangeiro os termos de pagamentos dos títulos das DPEX. Além disso, o empresário exerceu função estratégica nas negociações com o governo dos EUA, uma vez que seu vínculo com grandes corporações estadunidenses concedia-lhe credibilidade nos círculos políticos e econômicos estadunidenses. Já em 1932, Bouças afirmava ao governo federal que a maioria dos estados foi imprudente na organização de suas finanças – fator que explicava o desleixo dos governos de estados e municípios em obter e conservar documentos que informassem a respeito de seus empréstimos com firmas financeiras internacionais. Segundo Bouças, os governos estaduais estavam desprovidos de uma “engrenagem de informações de tamanha relevância”, que os capacitassem a lidar com os banqueiros internacionais (Bouças, 1953, 34 - 35).

O relatório do secretário da Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos de Estados e

<sup>23</sup> *Cumprir ressaltar que preferimos ‘projeto’ a ideologia, a qual remete ao conceito de falsa consciência cunhado por Marx. O projeto de classe representa a organização-difusão do conjunto de valores de uma classe ou fração, possuindo ligação visceral com seus princípios culturais. Apresenta, portanto, um caráter político-pedagógico. Seria de grande valia repensar o conceito de ideologia, a fim de precisar seu alcance analítico, posto que atualmente seu uso compreende um significado bastante abrangente.*



Municípios sugeria a necessidade de uma intervenção do governo federal na política financeira nacional. Para o empresário, o governo Vargas era o único que tinha condições de por em prática uma política de reorganização financeira. Valentim Bouças exerceu papel importante na política externa, colaborando na diplomacia financeira do Governo Vargas. Conforme demonstrou Geraldo Beauclair, durante o quadriênio de 1931 a 1935, “a média da dívida externa ascendia a £ 265 milhões, ao passo que o saldo médio da balança comercial não alcançava a £ 11 milhões.” Com a finalidade de elevar a receita brasileira por meio do “aumento das exportações”, o governo Vargas enviou representantes para negociar a intensificação da compra de produtos brasileiros pelos países credores (BEAUCLAIR, 1974, 23).

No dia 06 de novembro de 1932, em relatório apresentado a Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos dos Estados e Municípios, intitulado Política Econômico-Financeira, Valentim Fernandes Bouças apresentou aos membros da comissão um plano para a reorganização econômica e financeira do Brasil. Entre os muitos pontos que julgamos relevante indicar, consta a nacionalização de nossas dívidas. O relatório chama a atenção que muitos estados e municípios depositavam no Banco do Brasil “parte dos compromissos a que estavam obrigados em moeda ouro, na base da taxa 6 ouro.” (Bouças, 1953, 43).

Valentim Fernandes Bouças tornou-se o executor da alta política do Governo Vargas no campo financeiro. Uma análise das atas de reuniões com banqueiros do círculo financeiro de Nova Iorque nos dá uma dimensão da função dele como um diplomata das finanças a serviço do governo federal e sua equipe econômica. Ele permaneceu nos Estados Unidos de janeiro a junho de 1933, onde se reuniu com credores e realizou auditoria junto aos “círculos financeiros

onde estados e municípios [brasileiros] tinham interesses ligados” (Bouças, 1934b, 03).

Entre os grupos financeiros com os quais o secretário da CEFEM renegociou os termos de pagamento dos serviços das DPEx da União, estados e municípios do Brasil, destacamos, National City Bank, The National City Company, Dillon Read & Company, White Weld & Company, Frist of Boston Corp e Ladenburg, Thalmann & C. Nas reuniões com as empresas financeiras supracitadas, os banqueiros expressam sua insatisfação para com a preferência que o Governo Brasileiro dava a Inglaterra no que se relacionava à política cambial. Habilidade diplomata das finanças, Valentim Bouças expressou o desejo de colher dados e informações a respeito dos compromissos da dívida pública e sinalizou, assim, o início de um planejamento econômico-financeiro que atenderia parte das demandas do capital financeiro estadunidense.

Em termos da política voltada para as DPEx, Bouças recomendou ao governo federal que fosse feita uma revisão completa dos pagamentos dos serviços das dívidas públicas externas da União, estados e municípios, devendo reajustar as taxas de juros pagas aos credores, com exceção provisória da taxa criada especialmente para atender ao pagamento do empréstimo de 1930. No que se relacionava à importação e exportação, o plano propunha que, uma vez que a situação das dívidas públicas externas brasileiras fosse reajustada, o livre mercado deveria ser aplicado ao movimento importador e exportador como um todo.

Muito dependente da exportação de gêneros agrícolas, o governo Vargas estava bastante vulnerável às pressões políticas feitas pelo grande capital financeiro, que desejava o pagamento dos compromissos. Em vista disso, a diplomacia financeira de Vargas precisou renegociar os con-







tratos e se organizar política e economicamente para buscar meios de suportar pressões externas. Devido à sua proximidade com grandes empresas estadunidenses, Valentim Bouças foi um dos intelectuais que atuou na organização da diplomacia financeira do governo.

Afetado pela crise cambial, o governo federal tinha dificuldades em honrar seus compromissos com o capital estrangeiro. Segundo a crença de muitos intelectuais e assessores de Vargas, ficava claro que o paradigma político liberal era outro obstáculo que precisava ser superado pelo Estado. Valentim Bouças era um dos que compartilhavam dessa crença. Isso fica evidente em correspondência que ele escreveu a Getúlio Vargas de Nova Iorque, em 08 de março de 1933. Na carta, Bouças sugeriu o adiamento das eleições no Brasil, mencionando que, no futuro, essa medida resultaria em melhores consequências.

O pensamento social do empresário Valentim Bouças nos documentos analisados expressa sua colaboração na organização do projeto político-financeiro do Governo Vargas. O pensamento expresso nas atas de reunião com os credores evidencia seu alinhamento com uma política intervencionista em processo de gestação. E, também, sua função essencial no campo de uma diplomacia econômica que se delimitava no novo governo, buscando diálogo com o capital internacional – com o qual o presidente Vargas não podia romper.

Segundo Gérson Moura, até o final da década de 1930, as relações comerciais teuto-brasileiras cresceram muito. O governo Roosevelt manteve-se vigilante a esse respeito, embora tenha evitado impor represálias contra o Brasil – uma vez que essas políticas poderiam aproximar mais ainda Brasil e Alemanha (Moura, 1980, 581). É nessa conjuntura que Valentim Bouças se reuniu com agentes econômicos e políticos dos

EUA, fazendo negociações de caráter econômico e financeiro. O governo Vargas equilibrava-se em uma relação econômica entre os dois centros hegemônicos no capitalismo internacional – EUA e Alemanha. Era alemão o capital da empresa aérea VASP no período em que ela iniciou suas atividades no Brasil. Eram de fabricação germânica os aviões que faziam a rota Rio de Janeiro – São Paulo (Escorel, 2002, disco 03).

Havia, ainda, o empresário paulista Olavo Egydio de Souza Aranha<sup>24</sup>, vinculado à Monteiro-Aranha S/A, que, tinha vínculos com o capital alemão. Entre 1934 e 1935, Souza Aranha, interessado no cultivo cafeeiro e cotonicultor, assim como “na exportação de minério de ferro”, promoveu “uma grande associação de capitalistas” para um contrato “com um consórcio alemão de produtos industriais.” Ele também era representante comercial das indústrias Krupp no Brasil (WIRTH, 1973, 36). John D. Wirth, evidenciando o vínculo econômico-social de Olavo Egydio de Souza Aranha como intermediário internacional, afirmou que ele era para as autoridades da Alemanha o mesmo que Valentim Bouças era para as dos EUA:

veículo de notas e informações, negociador com status semi-oficial no que se referia ao governo brasileiro e ativo promotor de um intercâmbio comercial que envolvia grandes interesses pessoais. Falando fluentemente o alemão, Souza Aranha conhecia Berlim e o Hotel Adlon como Valentim Bouças, que tinha no inglês sua segunda língua, dominava Nova Iorque e o seu Waldorf-Astoria (Wirth, 1973, 36).

Cumprе ressaltar que a aquisição de produtos da empresa alemã Krupp<sup>25</sup> pelo Governo

<sup>24</sup> Primo de Oswaldo Aranha, Souza Aranha era um dos sócios-proprietários da Monteiro Aranha Companhia Ltda. O grupo Monteiro Aranha associou-se a Klabin Irmãos e Cia para investir a construção de uma company-town no Estado do Paraná. O complexo urbano fabril denominado Indústrias Klabin do Paraná de Celulose S/A.

<sup>25</sup> Complexo industrial alemão que atuava na produção siderúrgica, de munição e armamento. Vinculada ao III Reich, a Krupp tornou-se um poderoso império no campo da indústria bélica nazista. O referido grupo industrial sinalizava ao governo Vargas com a possibilidade de financiar a construção do parque siderúrgico em Volta Redonda, RJ.



Vargas em 1937 e 1938 evidencia mais um aspecto da forte atuação de frações do capital germânico nas relações teuto-brasileiras. Os dois contratos celebrados entre governo brasileiro e a referida indústria alemã tinham a finalidade de fornecer material bélico ao Exército brasileiro. O custo dos dois contratos chegava a “10 milhões de libras” (TRONCA, in FAUSTO, 2007, Tom. 3, Vol. 10, 416). No dia 31 de março de 1938, Getúlio Vargas registrou em seu diário que recebeu do major Brasil “a exposição do ministro da Guerra<sup>26</sup> com a cópia dos contratos de armamentos feitos com a Casa Krupp para aparelhamento completo do Exército” (Vargas, 1995b, 120).

Em março de 1938, Valentim Bouças participou da Conferência dos Secretários de Fazenda, onde expôs um trabalho intitulado Política Financeira do Brasil. O trabalho apresentado pelo secretário do Conselho Técnico de Economia e Finanças tratou de assuntos como aspectos da produção, fontes de receita, situação orçamentária dos estados e situação financeira dos estados. Ao discorrer sobre a questão financeira na referida conferência, ele tratou da situação financeira dos estados brasileiros. Segundo Bouças, as dívidas externas somavam um total de quatro milhões e trezentos e doze mil contos.

Acrescentou, ainda, que devido aos numerosos empréstimos feitos pelos estados, em muitos deles as despesas com os juros se elevavam “a quase 25% do total da despesa.” Tais empréstimos foram contraídos, em maioria, para cobrir déficits orçamentários – sendo raros os casos em que houve inversão desses capitais na construção ou fomento de alguma atividade produtiva (Bouças, 1953, 237-238). O pensamento do empresário santista expresso no trabalho apresentado na conferência supracitada cri-

ticava tal procedimento dos estados signatários dos empréstimos internacionais. O conjunto de evidências disponíveis na documentação analisada mostra as relações econômico-sociais entre Valentim Bouças, Getúlio Vargas, Oswaldo Aranha e Arthur de Souza Costa. Mostram que o primeiro exerceu relevante atribuição na grande política do Governo Vargas junto aos credores internacionais.

Conforme demonstrou Francisco Luiz Corsi, devido à delicada situação decorrente da situação cambial, “uma das primeiras medidas decretadas pelo Estado Novo foi declarar a moratória da dívida externa” (CORSI, 2000, 67). A diretriz política do Estado Novo era renegociar com os credores formas alternativas de pagamento dos serviços das DPEx que não prejudicassem o crescimento da economia brasileira. As renegociações dos termos de pagamento dos títulos das dívidas públicas externas atravessaram o Primeiro Governo Vargas e constituíram ponto estratégico na sua política externa. Em correspondência remetida ao presidente Vargas em 1939, Bouças informou da missão que vinha desenvolvendo nos EUA – conforme lhe fora atribuída por Vargas e pelo ministro da Fazenda Souza Costa. Nos Estados Unidos, Valentim Fernandes Bouças esteve com Cordell Hull e Sumner Welles, respectivamente secretário e subsecretário de Estado do presidente Roosevelt (CPDOC-FGV/RJ. Arquivo Oswaldo Aranha. OA 39.01.06 / 3 cp. Fot. 0293).

Segundo John Wirth, S. Welles era conhecido de Oswaldo Aranha desde os tempos em que este foi embaixador do Brasil nos EUA – ambos mantinham boas relações no campo político. Aranha sabia que Sumner Welles era “adepto da Política Rooseveltiana da Boa Vizinhança e arquiteto de relações excepcionalmente cordiais entre os Estados Unidos e o Brasil.” Desde setembro de 1934, por intermédio de Cyro

Vide THORP, In: BETHELL, 2009. Vol. VI. p. 82.

26 Tratava-se do General-de-divisão Eurico Gaspar Dutra, exercício na pasta de 05/12/1936 a 09/08/1945. Vide a listagem disponível no DHBB.

de Freitas-Valle – parente próximo de Oswaldo Aranha –, que banqueiros do círculo financeiro nova-iorquino eram sondados por representantes do governo Vargas, desejoso de obter o crédito que o Brasil necessitava (WIRTH, 1973, 11).

O governo dos EUA, por meio do Departamento de Estado, chefiado por Sumner Welles, negociava com Bouças os termos de ‘colaboração’ com a diplomacia financeira do Estado Novo. Em 08 de janeiro de 1939, dois dias após a visita de Valentim Bouças ao secretário Welles, o empresário santista e secretário do Conselho Técnico de Economia e Finanças recebeu um telegrama do presidente Roosevelt avisando-o que o receberia no dia seguinte. Na reunião, Franklin Roosevelt afirmou esperar que o acordo feito com Oswaldo Aranha se tornasse “a pedra fundamental de um grande monumento consagrado à amizade e aos mútuos interesses de ambas nações.” Dito isso, Roosevelt declarou-se contra o comércio de compensação, argumentando que o mesmo obrigava as nações providas de poucos recursos a fornecerem suas matérias-primas em condições miseráveis, em troca de produtos manufaturados, em condições que não permitiam o desenvolvimento industrial nesses países fornecedores de produtos primários (CPDOC-FGV/RJ. Arquivo Oswaldo Aranha. OA 39.01.06 / 3 cp. Fot. 0293).

Diferentemente do que mencionou o presidente dos EUA, além do seu grande mercado consumidor, o Brasil interessava aos Estados Unidos inclusive por ser um país rico em recursos naturais. Defensor da aproximação com Washington, Valentim Bouças era uma peça-chave na neutralização da influência do capital alemão nas relações comerciais brasileiras. A gestão Roosevelt tinha no empresário Valentim Bouças um aliado valioso na disputa com a Alemanha pela influência no Brasil. Os contatos dele com políticos próximos ao presidente dos EUA, como

Sumner Welles, por exemplo, ajudaram-lhe a se aproximar de importantes grupos financeiros. Foi Welles quem apresentou o secretário do CTEF e representante do Ministério da Fazenda do Brasil ao presidente do Bankers Trust – com quem o governo brasileiro pretendia negociar a compra de produtos nacionais (CPDOC-FGV/RJ. Arquivo Oswaldo Aranha. OA 39.01.06 / 3 cp. Fot. 0293).

O plano elaborado pelo ministro Oswaldo Aranha culminou na chamada Missão Aranha (1939), a qual representou, na política externa, a aproximação entre Brasil e Estados Unidos. É pertinente ressaltar que pelo lado do governo Franklin D. Roosevelt, tal política tinha como finalidade específica minar a aproximação do governo brasileiro com a Alemanha Nazista, o que acontecia por meio das relações comerciais teuto-brasileiras. Além disso, a gestão Roosevelt buscava fortalecer a influência política dos EUA no Brasil. O chamado plano Aranha inseria-se na conjuntura marcada pela disputa geopolítica entre governos das duas grandes potências, cientes da iminência de uma guerra.

Na correspondência ao presidente Vargas, Bouças buscou demonstrar que havia uma aproximação ideológica e política entre ele e o presidente dos EUA. Afirmou que “as ideias do presidente Roosevelt em relação a administração pública [eram] perfeitamente idênticas as [dele], muito especialmente [no que se relacionava] a orientação da política social.” Sendo um representante dos interesses econômico-sociais do Estado Novo, Valentim Fernandes Bouças deixou claro que o principal objetivo dessa viagem era a expansão das exportações brasileiras aos Estados Unidos. Ele afirmava que sem a resolução desse problema, o governo brasileiro jamais poderia “sanar as dificuldades cambiais” que estava enfrentando (CPDOC-FGV/RJ. Arquivo Oswaldo Aranha. OA 39.01.06 / 3 cp. Fot. 0293).

O pensamento social do referido empresário brasileiro, expresso na documentação analisada, está vinculado a sua trajetória na condição de agente da alta política do Governo Vargas. Os vínculos socioeconômicos que ele tinha com grandes empresas como a IBM e a Goodyear do Brasil, por exemplo, somados a posição que ele ocupava em agências da sociedade política como o Conselho Técnico de Economia e Finanças e o Conselho Federal do Comércio Exterior, davam-lhe bastante proeminência no campo político. A isso devemos acrescentar que ele era muito bem relacionado com figuras importantes no círculo do governo Vargas.

Em 30 de novembro de 1940, Getúlio Vargas registrou em seu diário que recebeu Marques dos Reis<sup>27</sup>, o qual retornava de viagem dos Estados Unidos, onde negociou 25 milhões com o Banco do Brasil e o Export and Import Bank, e o Valentim Bouças que trouxe a exposição sobre a borracha e tratou de outros assuntos administrativos relacionados a sua função de secretário da Comissão de Defesa da Economia Nacional e o Conselho Técnico de Economia e Finanças (VARGAS, 1995b, 335).

## Conclusão

Em última análise, as ideias de Valentim Bouças são a síntese de uma época em que a descrença no liberalismo como paradigma político levou muitos intelectuais a aderirem ao projeto nacionalista autoritário do Estado Novo. Ele se tornou colaborador do governo Vargas na elaboração de planos políticos e negociações estratégicas na política externa do Governo Federal. Participou ativamente das agências do Estado capitalista brasileiro no período analisado, na

condição de intelectual orgânico das frações do capital representadas por ele. Conforme ressaltou Sonia Regina de Mendonça, a convergência entre o empresariado brasileiro e o pensamento social autoritário no Brasil “permitiu ao empresariado brasileiro tornar-se um ator estratégico no esquema de alianças que favoreceu a consolidação do novo regime, ainda que [o empresário industrial] não tivesse detido a hegemonia nesse processo (...)” (MENDONÇA, 1985, 21).

É interessante observar a trajetória econômico-social de Valentim Bouças mapeando sua coexistência e interconexão com frações do capital estrangeiro. No caso do segundo, é inegável seu vínculo socioeconômico com setores do capital financeiro estadunidense cujas inversões na economia brasileira destinavam-se ao setor primário exportador. A atuação de Bouças no setor financeiro fica em evidência ao analisarmos os aportes de capital financeiro que, na forma de crédito, auxiliaram a produção da borracha com a finalidade de abastecer as necessidades da economia de guerra dos EUA. O comércio externo da borracha colhida no Vale Amazônico assim como a política creditícia do Banco de Crédito da Borracha, do qual Valentim Bouças era grande acionista, é algo que não pode ser negligenciado. Cumpre enfatizar, portanto, que a política creditícia do Governo Vargas e sua equipe econômica, para incentivar a produção da borracha, contou com a participação do referido empresário santista e sua negociação com o capital financeiro americano.

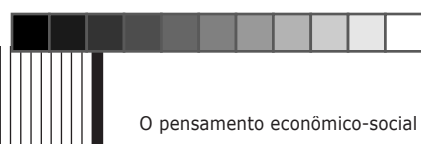
Foi a partir da década de 1930, que o empresariado industrial e comercial ascendeu a uma posição de prestígio no complexo superestrutural do Estado restrito. Os intelectuais orgânicos do capital industrial ampliavam suas redes de organização político-empresarial interconectando público e privado. Em outros termos, ampliavam as superestruturas do Estado ao inserirem-se jun-

27 As evidências disponíveis permitem concluir que se tratava de João Marques dos Reis. No Governo Vargas, ocupou a pasta do Ministério da Viação e Obras Públicas – exercício de 25/07/1934 a 29/11/1937. Pouco tempo depois da decretação do Estado Novo, ele deixou a pasta para ocupar a presidência do Banco do Brasil – exercício de 30/11/1937 a 06/11/1945. J. Marques dos Reis foi superintendente das instituições financeiras: Caixa de Mobilização Bancária (1943-1944) e Caixa de Mobilização Bancária e Fiscalização (1944-1945).



to a agências da sociedade civil das quais provinham como representantes de frações específicas do capital disputando a legitimação de seus projetos.

O Estado Novo foi uma solução cesarista progressista encontrada pelas frações da classe dominante para deter a crise de hegemonia inaugurada na década de 1920. Diante da impossibilidade de uma fração específica do capital hegemônizar as demais, assumindo sua função dirigente, o Estado Autoritário representou a fórmula política encontrada para resolver o problema. Em O 18 Brumário, Marx ressaltou a função de Napoleão Bonaparte I na criação das condições favoráveis ao pleno desenvolvimento das forças produtivas industriais da França na passagem do século XVIII para o XIX (Marx, 1997, p. 22). Guardadas as devidas proporções, as forças produtivas das várias frações do capital apoiaram a centralização política sob Vargas, porque percebiam que seu governo teria condições de organizar um ambiente mais favorável a seus interesses econômicos e sociais. O Estado Novo foi o “18 Brumário” de Vargas e seus aliados sobre o que ainda restavam das estruturas liberal-democráticas do Governo Constitucional de 1934.



## Bibliografia

BEAUCLAIR, Geraldo de. A Evolução do Sistema Financeiro na época Vargas. Monografia apresentada para obtenção do grau de mestre em História, orientada pelo Prof. Stanley Hilton. Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói, 1974.

Boletins da Associação Comercial do Rio de Janeiro. Especificamente os boletins relativos ao período de 1935, 1936, 1942 e 1943. Acervo da Biblioteca da Associação Comercial do Rio de Janeiro, RJ/Brasil.

BOUÇAS, Valentim. A Revolução e a situação financeira do Brasil, em face das dívidas externas da União, Estados e Municipalidades. In: *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro – Domingo, 25 de Janeiro de 1931. Ano 104. N. 22. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional – Brasil.

\_\_\_\_\_. Estudos Econômicos e Financeiros: meio século de trabalho. Edições Financeiras S.A., RJ: 1953. Vol. I.

\_\_\_\_\_. Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos dos Estados e Municípios. Ministério da Fazenda. Finanças dos Estados do Brasil. À margem da viagem aos Estados Unidos em 1933. Orçamentos Estaduais para 1932 e 1933. Volume II. – 3ª Edição. RJ, Typ do *Jornal do Comércio*, Rodrigues & C, 1934b. Acervo da Biblioteca do Ministério da Fazenda, RJ/Brasil.

\_\_\_\_\_. A Organização Econômica do Brasil. In: *O Observador Econômico e Financeiro*. Ano I – Maio de 1936. N. 4. Acervo da Biblioteca do Ministério de Fazenda, RJ/Brasil.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. 7ª ed. – RJ, Bertrand Brasil, 2004.

\_\_\_\_\_. *Coisas Ditas*. SP: Brasiliense, 2004a.

Comissão de Estudos Financeiros e Econômicos de Estados e Municípios. Disponível em

< <http://www.receita.fazenda.gov.br/historico/srf/historia/catalogo/letraC/comissao.htm> > , acessado em 11/05/2014.

CORSI, Francisco Luiz. *Estado Novo: política externa e projeto nacional*. SP: Editora UNESP: FAPESP, 2000. – (Prismas / PROPP).

CORRÊA, Maria Letícia. Um estudo sobre o debate desenvolvimentista nas páginas de *O Observador Econômico e Financeiro* (1936-1954). Disponível em < [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300846361\\_ARQUIVO\\_marialeticiacorreanpuh\\_2011.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300846361_ARQUIVO_marialeticiacorreanpuh_2011.pdf) > Acessado em 23/maio/2018.

DREIFUSS, René Armand. 1964, a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. 7ª ed.

Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB). RJ: FGV-CPDOC. s.d. – Versão Multimídia.







Era Vargas: 35 – O Assalto ao Poder. Direção: Eduardo Escorel. Disco 03; Ano de Produção: 2002. País de produção: Brasil.

FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. – 5ª Ed.; SP: Globo, 2006.

FUCS, José. O pregador incansável do liberalismo. In: Estado de S. Paulo. Disponível em < <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,o-pregador-incansavel-do-liberalismo,70001739559> > Acessado em 15/abril/2018.

\_\_\_\_\_. Como Milton Friedman Salvou o Chile. In: Estado de S. Paulo. Disponível em < <http://politica.estadao.com.br/blogs/marcos-guterman/como-milton-friedman-salvou-o-chile/> > Acessado em 15/abril/2018.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. – 4ª Ed. RJ: Civilização Brasileira, 2011. Vol. 3.

\_\_\_\_\_. Cadernos do Cárcere. Os intelectuais; o princípio educativo; Jornalismo. – 6ª Ed. RJ: Civilização Brasileira, 2011b. Vol. 2.

\_\_\_\_\_. Concepção Dialética da História. – 9ª Ed. RJ: Civilização Brasileira, 1991.

GOMES, Angela Maria de Castro. A República Não-Oligárquica e o Liberalismo dos Empresários. In: SILVA, Sérgio & SZMRECSÁNYI, Tamás (org.) História Econômica da Primeira República. SP: Hucitec, Edusp, 2002.

GUTERMAN, Marcos. Como Milton Friedman ‘salvou’ o Chile. In: Estadão. Disponível em < <http://politica.estadao.com.br/blogs/marcos-guterman/como-milton-friedman-salvou-o-chile/> >. Acessado em 15/05/2018.

HOBSBAWM, Eric. Era dos Extremos: o breve século XX, 1914-1991. SP, Cia das Letras, 1995.

IANNI, Octávio. Pensamento social no Brasil. SP: EDUSC, 2004.

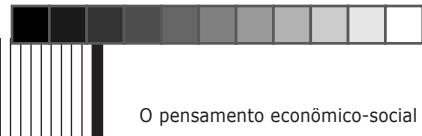
LEOPOLDI, Maria Antonieta Parahyba. Política e Interesses na Industrialização Brasileira: as associações industriais, a política econômica e o Estado. SP: Paz e Terra, 2000.

MARGALHO, Maurício Gonçalves. Indústrias Klabin do Paraná de Celulose: a sociogênese do projeto político-empresarial (1930-1940). Revista História & perspectivas. Uberlândia, MG/Brasil, pp. 99 - 126, 2013. Disponível em < <http://www.seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/23319> > Acessado em 19/maio/2018.

MARX, Karl. O 18 Brumário. 6ª Ed. RJ: Paz e Terra, 1997.

MENDONÇA, Sonia Regina de. Estado e Economia no Brasil: opções de Desenvolvimento. RJ: Graal, 1985.





MOURA, Gérson. A revolução de 1930 e a política externa brasileira: ruptura ou continuidade. In: A REVOLUÇÃO de 1930: seminário internacional. CPDOC/FGV, Brasília, D.F. Ed, UnB, c1982.

Nosso Século. 1930/ 1945. SP: Abril Cultural, 1980. Vol. 05.

O Observador Econômico e Financeiro. Ano I – Fevereiro de 1936. N. I. p. 04. Acervo da Biblioteca do Ministério de Fazenda, RJ/Brasil.

PIQUET, Rosélia. Cidade-Empresa: presença na paisagem urbana brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

POULANTZAS, Nicos. O Estado, o poder, o socialismo. 4ª Ed. SP: Graal, 2000.

\_\_\_\_\_. Poder político e classes sociais. SP: Martins Fontes, 1977.

SECRETO, Maria Verônica. Mais Borracha Para a Vitória. Campanha de recrutamento de trabalhadores e fracasso social na exploração de borracha durante o governo Vargas. In: Estudios Rurales, Publicación de Centro de Estudios de La Argentina Rural. Bernal, Vol. 1, Nº 1, 2011. ISSN: 2250. (Página 79 – 107).

THORP, Rosemary. As Economias Latino-Americanas, 1939-c.1950. In: BETHEL, Leslie (org.) História da América Latina. A América Latina após 1930: Economia e Sociedade. 1ª Ed., 1ª reimpr., SP: Edusp, 2009, Vol. VI.

TOPIK, Steven. Comércio e canhoneiras: Brasil e Estados Unidos na Era dos Impérios (1889-97). SP: Companhia das Letras, 2009.

TRONCA, Ítalo. O Exército e a Industrialização: entre as armas e Volta Redonda (1930-1942). In: FAUSTO, Boris (org.). O Brasil Republicano: sociedade e política (1930 – 1964). – 9ª ed. – RJ: Bertrand Brasil, 2007. – (História Geral da Civilização Brasileira). Tom. 03, Vol. 10.

VARGAS, Getúlio. Diário (1930-1936). São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995a. Vol. I.

\_\_\_\_\_. Diário (1937-1942). São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995b. Vol. II.

VASCONCELOS, Isabella Francisca Freitas Gouveia de. Caso IBM. Disponível em < [http://www.strategia.com.br/Casos/casos\\_corpo\\_ibm.htm](http://www.strategia.com.br/Casos/casos_corpo_ibm.htm) > Acessado em 28/novembro/2011.

VIANNA, Luiz Werneck. Liberalismo e sindicato no Brasil. 2ª ed.; RJ: Paz e Terra, 1978.

WIRTH, John. A política do desenvolvimento na Era de Vargas. RJ: FGV, Serviço de Publicações, 1973.

